

# Símbolos e integrações regionais: uma breve introdução com vistas ao Mercosul\*

RENATO G. FLÔRES JR.

## INTRODUÇÃO

O presente texto é uma tentativa inicial de introduzir os símbolos como um elemento do processo de formação de uma consciência supranacional em um espaço integrado. Parte da premissa de que a criação de símbolos é atividade fundamental para não só o reconhecimento como o aprofundamento do processo. De fato, as integrações regionais (IR), como os países, necessitam, em um certo momento da sua evolução, construir uma identidade própria. Tal identidade torna-se mais necessária ainda para enfatizar os seus aspectos de bem público, auxiliando essa percepção por todos os atores envolvidos ou a envolver. Ao fazer isso, o caráter de bem público reforça, em um movimento circular, a própria identidade da integração.

Começamos por esboçar um enquadramento dos 'símbolos' no discurso da integração, procurando delimitar um espaço conceitual onde o seu papel e eficácia possam ser avaliados. Identificamos após, como um estudo de caso, um elenco de símbolos para o Mercosul, que desempenhariam papéis específicos dentro dos atributos que estes podem ter. A seguir, discorreremos brevemente sobre problemas afetos à idéia e, numa última seção, concluímos.

\* Texto relativo à pesquisa em andamento, associada também ao Projeto NEMER 2006/07 do Centro Brasileiro de Relações Internacionais – CEBRI.

## I. SÍMBOLOS E INTEGRAÇÕES REGIONAIS: EXISTE ALGO EM COMUM?

A inexistência de uma “teoria das integrações regionais” obriga a buscar, nas diversas experiências concretas, as respostas a perguntas de âmbito mais geral. Essa tarefa deve entretanto ser desempenhada com atenção redobrada, não só pela especificidade inerente a cada processo de integração, como pela profunda irregularidade dos mesmos, caracterizada seja pela alternância entre períodos de aprofundamento e desalento, seja pela co-existência de avanços e retrocessos, ou reações, em um mesmo instante de tempo (FLÔRES, 1996).

Sob essas ressalvas, um aspecto parece congrega uma quase unanimidade: o papel fundamental desempenhado pelo mercado mais ou menos homogêneo que a integração visa criar. Tal aspecto encontra forte respaldo tanto histórico como econômico. Sem a *Zollverein*, o projeto político bismarkiano não teria vingado, e o próprio movimento das integrações no século XX tem como pilar teórico a lúcida análise vineriana das áreas de livre comércio e uniões aduaneiras (VINER, 1950<sup>1</sup>).

Estudos recentes sobre a rica e complexa experiência europeia mostram que, mesmo durante o período conhecido como da “eurosclerose” – que vai, no mínimo, do início dos anos setenta ao dos oitenta –, foi o mercado quem de fato sustentou o projeto europeu (GILLINGHAM, 2003; GRIFFITHS, 2006). Trabalhos anteriores davam quase todos os créditos às instituições comunitárias então existentes e ao progressivo protagonismo das câortes do Luxemburgo. Sem negar a importância de ambos, a visão atual identifica na tessitura do mercado comum (de bens) criado na exitosa década de sessenta o real sustento da integração.

A predominância e ubiquidade do *argumento do mercado* levam, às vezes, a um relativo desespero, analistas versados em outras disciplinas. O fato de o mercado ser, indubitavelmente, o motor de qualquer integração, não exclui o papel de outros determinantes. A dimensão política – em todos os seus aspectos, inclusive o geoestratégico – talvez seja o melhor exemplo de um dos convidados freqüentemente esquecidos em numerosos encontros de idéias.

Se o mercado teve papel fundamental nos alargamentos de 2004 e 2007 da União Europeia – com a absorção de diversos países de mão-de-obra extremamente qualificada e mais barata, além da abertura de oportunidades para

1. Sobre a relativa falência atual da análise vineriana, vide Flôres (2003b).

não só a economia alemã, mas até a francesa – a dimensão geoestratégica de ambos alargamentos é igualmente relevante. De forma idêntica, em meio ao processo de integração das economias brasileira e argentina, o Paraguai e o Uruguai foram em dado momento incorporados, criando-se em 1992 o Mercosul (GALVÃO FLÔRES, 2005).

Ligada à dimensão política está a social, relativamente negligenciada durante as três primeiras décadas do experimento europeu (FLÔRES, 2004). Nesse caso, ironicamente, a força do mercado – “salvando” inclusive o projeto, como dito acima, durante o período da “eurosclerose” – foi tão preponderante que permitiu que a negligência não comprometesse em demasia a velocidade da integração.<sup>2</sup> Quando a complexidade do conjunto – um espaço integrado de 25 países com mais de 15 idiomas distintos, abarcando, além do mediterrâneo, desde Portugal até à Finlândia – exigiu um novo documento, o projeto de uma Constituição foi elaborado de ‘cima para baixo’, como vários outros avanços técnicos anteriores. Sem dúvida, o Tratado estabelecendo uma Constituição para a Europa<sup>3</sup> representaria um passo em direção à criação de uma sociedade mais integrada e, conseqüentemente, um sistema político mais unificado, porém as recusas francesa e holandesa nos referendos de 2005 mostraram, entre outras coisas, quão frágil permanecia a dimensão da participação social.

Já bem antes do “sinal” dos referendos europeus de 2005, os analistas do fenômeno das integrações, preocupados com o descompasso entre o relativamente reduzido grupo de agentes da integração – negociadores, funcionários governamentais e dos órgãos do projeto, parte da classe empresarial e um certo número de juristas e intelectuais – e o grosso das sociedades dos Estados-membros, haviam avançado a caracterização das integrações regionais como bens públicos imperfeitos.

Há um certo tempo que os economistas tentavam introduzir o conceito de bem público na discussão do sistema político-econômico internacional. Kindleberger (1973) o utilizou para desenvolver a sua interpretação do poder hegemônico, embora os teóricos subsequentes tenham preferido se inspirar em Olson (1965). A própria idéia de bens públicos imperfeitos não é tão

2. Cabe enfatizar que o termo ‘negligência’ se aplica às instituições e atividades do projeto de integração, sendo os sistemas sociais no interior da maioria dos membros bastante desenvolvidos. Não deixa de ser irônico que, no momento em que o ‘social’ passa a figurar mais na integração, os sistemas nacionais comecem a ser menos generosos e abrangentes.

3. Vide o seu texto, por exemplo, em Documentation Française (2004).



recente, podendo ser encontrada já em aplicações nos meados dos anos sessenta. Entretanto, Sandler (1992) talvez tenha sido o primeiro a aplicá-la explicitamente ao fenômeno das integrações. A partir daí, ela ganha impulso, sendo inclusive adotada pela UNCTAD, na forma de *bens públicos globais*, como um conceito-chave para diversas iniciativas internacionais, além das do âmbito da integração propriamente dita (KAREL *et al.*, 1999).

As características básicas de um bem público (STIGLITZ, 1988) são a *não-rivalidade no seu consumo* – o fato de um indivíduo consumi-lo não exclui que outros também o façam, simultaneamente; do que decorre ser em princípio indesejável o seu racionamento ou restrição – e a *não-exclusão* – é impossível, ou inviável, excluir um segmento de consumidores dos benefícios advindos do seu consumo, ou, mais geralmente, da sua própria existência.

Se as características acima não se aplicam perfeitamente, diz-se que o bem público é imperfeito ou impuro. A crescente complexidade das integrações regionais vem levando os seus artífices a pedir ajuda a grupos específicos da sociedade, sejam organizações de classe ou profissionais diretamente ligados aos temas precisos em discussão. Isso leva, natural e involuntariamente, a excluir diversos segmentos da população que, ou não são alertados, ou não entendem os benefícios potenciais advindos da boa solução da questão. O resultado imediato é que, pelo menos ao nível da percepção imediata, o princípio da *não-exclusão* fica prejudicado. Ao se dar isto, o da *não-rivalidade* pode facilmente se transformar em algo vazio, pois um grupo numeroso de pessoas desconhece como usufruir os benefícios da integração, ou mesmo “consumi-los”. A *não-rivalidade* é também difícil de ser estabelecida devido aos diferentes tempos em que avança a integração nos distintos setores do país (FLÓRES, 1996).

Os argumentos acima são relativamente convincentes para afirmar que as IR modernas são bens públicos demasiado imperfeitos. Essa constatação tem levado à busca de procedimentos e estratégias que corrigiriam tal deficiência.

A mais óbvia e simples é alargar o debate sobre a integração, visando a mais ampla participação possível da sociedade civil no processo de formatar e aprofundar o “bem público integração”. Embora isso venha ocorrendo de certa forma, tanto na UE como no Mercosul (GRATIUS, 2004), dois problemas se põem de imediato. O primeiro é afeto à própria maneira de mobilizar os diferentes segmentos da sociedade; tarefa não evidente e que pressupõe um mínimo conhecimento ou interesse no processo de integração. O segundo, não dissociado do anterior, é a radicalização e/ou polarização do debate. Muitas vezes é ele capturado por organizações – governamentais ou não – que perseguem fins muito específicos, não necessariamente com uma

ótica de bem público. A discussão corre então o risco de se reduzir a impasses ideológicos ou comportamentais, que perdem de vista objetivos positivos, mais amplos seja no tempo seja em seu âmbito atual. Substituir a adoração excessiva ao “deus mercado” por uma extrema politização do projeto não é o que se deseja. É jogar fora junto com a água do mercado, a da história, da cultura e, até, a da boa diplomacia.

Uma outra idéia (DEVLIN, 2002; FLÓRES, 2003a) seria introduzir de forma ativa, nas questões comerciais, a dimensão da cooperação, incluindo grupos além dos clássicos atores das negociações. Um tal esforço, ao incrementar as próprias relações comerciais, aumentaria a percepção e a compreensão da IR, engajando um número bem maior de pessoas na boa condução do processo. Ao mesmo tempo, criaria um espaço além do decantado toma-lá-dá-cá das negociações comerciais, fomentando um saudável desejo de objetivos e realizações comuns.

Novamente, a idéia da cooperação não é desprovida de senões. A escolha das áreas e projetos de atuação pode rapidamente resultar do esforço concertado de *lobbies* específicos, que se apropriariam do discurso e da prática da cooperação, restringindo o seu aspecto de bem público. Pode também advir da otimização de funções específicas de cooperação, dentro de um contexto político-econômico omissivo, senão excludente, às características de bem público. Esses argumentos, no entanto, não chegam a invalidar o seu melhor e maior uso nos contextos de integração.

É, uma vez mais, na obra clássica de Olson (1965) que se encontra a base teórica de outro conceito também pensado como orientação aos esforços de aprofundamento das IR, além da dimensão estrita de mercado: a teoria da ação coletiva. Mas é visão estritamente baseada em raciocínios econômicos neoclássicos, a ação coletiva resultando de uma otimização individual onde cada agente considera os custos e benefícios de sua participação: valerá ela a inevitável perda de tempo e rendimentos? Que fração do potencial bem público poderei usufruir – e aqui a questão de quão perfeita será a não-exclusividade volta à tona – se a ação for bem sucedida?

Posta em tais termos, a idéia não leva a muitos avanços, tanto no âmbito das IR, como no das difíceis questões relativas ao processo de desenvolvimento. Dentre os desdobramentos posteriores, além da corrente que introduz o papel das instituições, interessa-nos a que, inspirada no trabalho de sociólogos como Appadurai (1997) e Bourdieu (1994, 2004), incorpora a noção de *espaço simbólico*: estrutura que une grupos e pessoas em círculos sociais, com procedimentos e objetivos comuns.



Se, para Bourdieu (1977, 1980), tais espaços podem funcionar como “marcadores culturais”, criando hierarquias no seio de uma sociedade, de modo que a cultura passa a ser uma forma de capital, o seu aspecto simbólico tornando-se peça-chave na luta pelo poder entre as diferentes classes sociais, para nós interessa-nos a idéia do espaço simbólico como incentivo a ações coletivas nas IR. Ao lado dessa função, o uso dos símbolos é também um modo de aumentar a percepção do processo de IR, melhorando o seu aspecto de bem público imperfeito.

O conceito de símbolo está ligado às propriedades de representação, denotação, expressão e metafórica, abrangendo um vastíssimo campo de conhecimento. Perpassa a estética, a sociologia e as ciências política e da comunicação, além de desempenhar papel central na semiótica e em determinadas teorias lingüísticas. É todavia na antropologia que talvez encontremos aportes mais valiosos – sob uma ótica mais imediatista – à questão que nos interessa.

Desde a pioneira definição de Tylor, em 1871, incluindo na cultura os “conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes e toda outra habilidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (TYLOR, 1958), os antropólogos vêem a organização de tais fenômenos como fortemente dependente do uso de símbolos. É graças à capacidade de “simbolização” que a cultura é passível de ser ensinada, aprendida e, em última análise, transmitida socialmente.

A visão da antropologia é assim âncora fundamental da nossa proposição, uma vez que o universo simbólico permitiria (ou facilitaria) não só o aprendizado da integração, como a reprodução social do seu conceito, benefícios e objetivos.

À luz das considerações acima, o símbolo, no contexto das IR, serviria aos seguintes propósitos:

a) reforçar a identidade *do* e o sentimento de pertinência *ao* espaço integrado, realizando um trabalho de base no desenvolvimento da percepção do processo entre as diversas camadas da sociedade. Satisfazendo a esse objetivo, identificamos dois grupos de símbolos:

*os tangíveis*, associados a um objeto de uso pessoal ou cerimonial, como um passaporte comum, uma carteira de identidade ‘unificada’ ou uma bandeira, e os que, por falta de melhor palavra, chamaremos de *intangíveis* (ou menos tangíveis), associados à construção de imagens, conceitos ou princípios intrínsecos ao processo, como é o caso do *acquis communautaire*, na UE.

b) auxiliar na criação do espaço simbólico da IR, mediante eventos – regulares ou não – associados ao espaço integrado e que, por si, sejam um bem público imperfeito.

c) reforçar a cognição de fatos, instituições, práticas ou benefícios da integração, através de uma atividade educacional focada e sistemática. Visitas e palestras sobre as instituições da IR, quando o seu papel e relevância seriam explicados, contribuem não só à percepção e reprodução como ao progressivo alargamento do espaço simbólico, dando-lhe uma dimensão que transcende o *nacional* e abarca (idealmente) todo o *território da integração*.

A utilização dessas categorias no caso do Mercosul é o objeto da seção seguinte.

## 2. APORTES A UM SISTEMA DE SÍMBOLOS PARA O MERCOSUL

**N**ão se pode dizer que o Mercosul seja desprovido de símbolos. Esforços nessa direção existem, dentro da dinâmica e os condicionantes históricos e materiais da integração. Como se verá, a maioria deles preenche perfeitamente alguma das funções descritas anteriormente, podendo ser considerados como bem sucedidos. A classificação destes, bem como a proposição de novos, segue:

### 2.1 Símbolos tangíveis

1. *A criação de um passaporte comum*: Esse projeto – um passaporte comum, com o termo Mercosul claramente estampado na capa – já está em curso, vindo a ser progressivamente implantado nos países-membros. A Argentina dá também destaque ao Mercosul na cédula de identidade de seus cidadãos, mas não há registro de atitudes semelhantes nos outros membros. Ao passaporte devem acompanhar medidas nas portas de ingresso em cada país-membro que traduzam a “unidade” expressa pelo mesmo. Ainda não parece viável, ao menos em curto prazo, a criação de um ‘espaço Schengen’ semelhante ao da UE, onde os cidadãos da IR se deslocariam de um país a outro sem nenhum controle fronteiriço. Um maior aperfeiçoamento da união aduaneira e de medidas de segurança em geral – especialmente em alguns pontos da extensa e difícil de controlar fronteira brasileira – seriam um pré-requisito ainda não atendido para tal. Entretanto, o funcionamento efetivo de uma fila/entrada específica para os cidadãos do Mercosul, como aliás foi implementado em aeroportos do Brasil e da Argentina, porém não sustenta-



do (ou abandonado), seria medida suficiente para traduzir, por enquanto, uma imagem concreta da integração. Nessa fila seria não só respeitado como encorajado – mediante esclarecimentos – o usufruto do acordo vigente, que permite aos cidadãos do Mercosul viajar com o seu documento de identidade nacional; fato hoje em dia aceito com resistências (dependendo, é claro, do funcionário aduaneiro) na maioria dos controles de fronteira.

2. *A bandeira do Mercosul*: O bloco já possui uma bandeira, resultante de um concurso público no seio dos quatro membros. Não interessa aqui o fato se a bandeira “é bonita, adequada ou não”, mas sim o de que ela deve ser utilizada com maior frequência e destaque em todas as atividades – mais ou menos solenes – que guardem alguma relação com o projeto de integração. Como sabido, e amplamente (re)estudado nas últimas décadas, devido a diversas questões levantadas pelos freqüentes episódios de queima da bandeira dos EUA (POSNER, 1998; RASMUSSEN, 1998), o respeito à bandeira é gesto simbólico importante que consolida a aceitação do que é por ela significado. A bandeira mercosulina tem os seus membros representados pelas estrelas da constelação do Cruzeiro do Sul, com a inevitável ampliação, uma forma deve ser imaginada para, preservando o cruzeiro original, incorporar de modo harmonioso os novos membros.<sup>4</sup>

3. *Um canal Mercosul*: A importância da mídia em qualquer processo social no sentido amplo é fato inegável. Como ferramenta cultural, uma estação de TV ou de rádio pode auxiliar substancialmente na formação de uma visão mais clara do espaço da integração.

Apoiada pelo Ministério da Cultura, e fruto da iniciativa de um grupo de comunicadores brasileiros, a Televisão América Latina (TAL) deverá começar a funcionar em julho desse ano, no mercado da televisão por assinatura. Com 21 países e 130 produtores/canais associados, a TAL terá uma programação cooperativada, abrigando produções independentes, em castelhano e português. A emissora será financiada por comunicação institucional e participativa, não havendo publicidade convencional. Ao mesmo tempo, no caso do Brasil, dois outros fatos são relevantes. O primeiro é o recente anúncio da criação de um canal público com objetivos ambiciosos, ao estilo da BBC inglesa (cujo papel na consolidação de uma visão *britânica*, ainda que razoa-

4. O caso europeu teve solução expedita: os membros eram estrelas dispostas em circunferência, bastou aumentar progressivamente o número de estrelas compondo a figura.

velmente independente, seja na Commonwealth, seja no mundo em geral, é desnecessário ressaltar). O segundo é o término, ao final desse ano, de concessões outorgadas a importantes emissoras nacionais.

Estimulado pelo exemplo da TAL – cujo desenvolvimento é imperioso acompanhar –, poder-se-ia criar, em algumas das oportunidades ou empreendimentos mencionados, um módulo de produção mercosulino. No caso europeu, é rica a experiência da ARTE, empreendimento conjunto alemão-francês de alto padrão cultural. A ARTE é financiada, em sua quase totalidade, pelos dois Estados que a criaram, além de receber alguns fundos específicos comunitários; assim mesmo, não integra as opções nacionais de TV aberta. O estudo de um esquema misto de sustentação, que permitisse a associação de pelo menos dois países-membros e assegurasse a independência de qualquer linha política específica, vale ser pensado.

## 2.2 Símbolos intangíveis

1. *O aquis Mercosul*: Ainda que modesto, o Mercosul possui o seu *aquis*, consubstanciado no Tratado de Assunção, em protocolos como os de Ouro Preto e de Olivos, e no conjunto de normas e decisões já devidamente internalizadas por todos. Contudo, falta transparência a esse conjunto: se o Tratado e os principais protocolos são facilmente acessíveis, há grande desconhecimento sobre “os outros documentos”, especialmente porque, em meio à já grande quantidade de normas e decisões tomadas, não é fácil saber quais foram devidamente internalizadas e estão em vigor.

A primeira ação é consolidar esse acervo, atualizando-o periodicamente – por exemplo, a cada seis meses, quando da passagem de uma presidência a outra. Tal corpo de documentos não é um objeto a ser vendido ou distribuído ao público em geral, entretanto: a) a lista de todos os diplomas legais que o compõem, com sua devida e clara identificação e modo de acesso, deve estar facilmente disponível (e ser, até, distribuída, em determinadas ocasiões), b) todos os documentos deverão ser de fácil obtenção – de forma unificada e nos seus idiomas originais – na Secretaria do Mercosul e, por via eletrônica, nos *sites* da mesma e nos dos Ministérios de Relações Exteriores dos cinco membros; fato que deve ser amplamente divulgado.

Finalmente, dado que *aquis* não figura nem no castelhano nem no português, torna-se necessário encontrar uma palavra única, aceita pelos dois universos linguísticos, que traduza essa idéia. Deve ela ser continuamente mencionada e explicada de modo a deixar gravadas as suas duas funções capitais.







3. *Eventos desportivos*: No campo dos esportes, o futebol desponta como o candidato natural. De fato, após uma experiência em 1995, uma Copa Mercosul – envolvendo os clubes dos países-membros – vigorou de 1998 a 2001. O torneio foi extinto em 2002, sendo substituído, no mesmo ano, pela Copa (Nissan) Sul-Americana. O Brasil, por razões diversas, relutou em participar nos primeiros anos. Embora estendida, em princípio, a todos os clubes da América do Sul, a organização aceitou também a participação dos clubes mexicanos. Isso levou, em 2006, a que, ironicamente, o time vitorioso – o Pachuca, do México – não pertencesse ao continente. A Copa Sul-Americana, devido a questões como essas, não tem tido o sucesso e o “poder simbólico” que poderia ter, valendo um esforço de ajustar melhor a sua frequência de realizações, o seu cronograma junto ao dos campeonatos locais e as participações autorizadas, de modo a promovê-la como um evento da importância que merece.

Atividades educacionais sistemáticas, visando a explicação do significado (simbólico) de fatos, instituições ou benefícios da integração, também deveriam ser encorajadas. Apenas como exemplo, citamos duas delas:

a) A organização de visitas de estudantes secundários e universitários, bem como de grupos específicos de funcionários públicos à sede de Montevidéu, onde lhes seriam explicados o papel e a relevância das instituições da integração. Na oportunidade, conceitos como o do *acquis* e da cidadania mercosulina seriam também transmitidos.

b) A introdução de cursos de literatura latino-americana e brasileira, onde pertinente, nos países-membros, é importante elemento (simbólico) integrador, ainda que não diretamente ligado aos “fatos, instituições ou benefícios da integração”. Os Ministérios de Educação poderiam destinar modesta verba para tais atividades em outros membros, estimulando também o intercâmbio de professores dessas disciplinas e a realização de cursos curtos e seminários de verão.

### 3. CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

**A**lexis de Tocqueville, no primeiro tomo de sua obra mais famosa (TOCQUEVILLE, 1981), teve a noção clara da ‘tirania da maioria’ em um estado democrático. Sendo a opinião pública, o corpo legislativo, a força pública e os jurados formados, escolhidos ou representando a maioria, via ele com apreensão a quem um cidadão ou partido injustiçado pelo Estado poderia recorrer. O papel dos símbolos, ainda que não determinante único de eventos que reforçam esse tipo de tirania, é fundamental.

Todo esforço de criação de um universo simbólico para o/do Mercosul deve levar em conta os perigos de uma má apropriação desse mesmo universo. Tanto uma posição ufanista exagerada sobre a integração, que – ainda em estado de democracia – sufocaria vozes contrárias ou questionadoras, como usos mais abertamente demagógicos, que conduziriam o processo para fins alheios à busca de um maior bem-estar da população dos países-membros, seriam lamentáveis.

Uma adequada e bem utilizada criação de um universo simbólico efetivo não é tampouco uma panacéia que resolverá todos os problemas da integração. Ela simplesmente atua de forma complementar, ajudando a criar um espaço cooperativo de busca de soluções para questões cuja resposta só poderá advir de seu próprio contexto. Apesar disso, os esforços delineados na seção anterior não são mera curiosidade ou apêndices interessantes, a serem tratados quando possível for. São de fato importantes e devem, com o alerta dos últimos parágrafos, ser enfrentados com seriedade, pois fazem parte da construção de um conceito mais amplo e satisfatório da integração.

### 4. CONCLUSÃO

**P**rocuramos abrir um campo de considerações novo na área das integrações regionais, que pode contribuir ao seu aprimoramento e melhor aceitação por parte dos diferentes atores sociais. Muitas das idéias concretas aqui expostas não necessitam se circunscrever ao espaço do Mercosul, possuindo extensão natural ao da América do Sul; o que talvez seja aconselhável. Devem todas elas, no entanto, ser debatidas e examinadas em maior detalhe, de modo que a sua operacionalidade possa ser contrastada com os custos e objetivos específicos.

Acreditamos, porém, que, nos tempos atuais vividos pelo Mercosul, ganham os símbolos maior relevância, podendo ser peça importante, ainda que não única, na sustentação do projeto e na geração de novos apoios que levariam ao seu fortalecimento.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APPADURAI, A. *Modernity at large: cultural dimensions of globalization*. Delhi: Oxford University Press, 1997.
- BOURDIEU, P. Sur le pouvoir symbolique. *Annales, Histoire, Sciences Sociales*. 32 (3), p. 405-11, 1977.



- \_\_\_\_\_. Le capital social. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 31 (1), p. 2-3, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Raisons pratiques: sur la Théorie de l'Action*. Paris: Seuil, 1994.
- \_\_\_\_\_. The social space and the genesis of groups. *Theory and Society*, 14 (6), p. 723-44, 2004.
- DEVLIN, R. The trade and cooperation nexus: how does the Mercosur-EU measure up? In: GIORDANO, P. (Ed.). *An integrated approach to the European Union – Mercosur Association*. Paris: Presses de Sciences Po, 2002.
- (La) DOCUMENTATION FRANÇAISE. *Traité Établissant une Constitution pour l'Europe*. Paris: La Documentation Française, 2004.
- FLÔRES, R. G., Jr. A avaliação do impacto das integrações regionais. *Temas de Integração*, n. 1, p. 51-61, 1996.
- \_\_\_\_\_. Trade and co-operation in the EU-Mercosul free trade agreement. In: VALLADÃO, A. G. A., VEIGA, P. da M. (Eds.). *Political Issues in the EU-Mercosur Negotiations*. Paris: Presses de Sciences Po, 2003a.
- \_\_\_\_\_. Sabemos avaliar as integrações regionais? *Temas de Integração*, n. 15, p. 34-50, 2003b.
- \_\_\_\_\_. Lecciones de la Unión Europea para el Mercosur. *Archivos del Presente*, 9 (3), p. 43-54, 2004.
- GALVÃO FLÔRES, M. C. *O Mercosul nos discursos do governo brasileiro (1985-1994)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.
- GILLINGHAM, J. *European Integration 1950-2003: Superstate or new market economy?* Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- GRATIUS, S. The "civil society knot": how to enhance the societal legitimacy of the EU-Mercosur agreement. In: VALLADÃO, A. G. A., GUERRIERI, P. (Eds.). *Implementing a EU-Mercosur Agreement: Non-trade Issues*. Paris: Presses de Sciences Po, 2004.
- GRIFFITHS, R. T. A dismal decade? European integration in the 1970s. In: DINAN, D. (Ed.). *Origins and evolution of the European Union*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- KAREL, I., GRUNBERG, I., STERN, M. A. *Global Public Goods: International Cooperation in the 21st Century*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- KINDLEBERGER, C. *The world in depression, 1929-1939*. Berkeley: University of California Press, 1973.
- OLSON, M. *The logic of collective action: Public Goods and the Theory of Groups*. Cambridge, US: Harvard University Press, 1965.
- POSNER, E. Symbols, signals and social norms in politics and the law. *Journal of Legal Studies*, vol. XXVII, p. 765-98, 1998.
- RASMUSSEN, E. The economics of desecration: flag burning and related activities. *Journal of Legal Studies*, vol. XXVII, p. 245-69, 1998.

- SANDLER, T. *Collective Action*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1992.
- STIGLITZ, J. *Economics of the public sector*. New York: W. W. Norton, 1988.
- TOCQUEVILLE, C. A. C. de. *De la Démocratie en Amérique I*. (édition de l'ouvrage de 1835, publié avec le concours du Centre National des Lettres) Paris: Garnier-Flammarion, 1981.
- TYLOR, E. B. *The origins of Culture, vols. I and II*. (re-edition of the 1871 work, with an introduction by Paul Radin). New York / London: Harper and Row Publishers, 1958.
- VINER, J. *The Customs Union Issue*. Washington, D. C.: The Carnegie Endowment for Peace, 1950.

RENATO G. FLÔRES JR.  
Escola de Pós-graduação em Economia, FGV, Rio de Janeiro.